

Guilherme d'Oliveira Martins

Nota biográfica

Administrador Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian e Presidente do Grande Conselho do Centro Nacional de Cultura

Coordenador Nacional do Ano Europeu do Património Cultural 2018

Presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Licenciado e Mestre em Direito. Professor Universitário Convidado

Doutoramento Honoris Causa pela Universidade Lusíada, Universidade Aberta e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).

Foi Presidente do Tribunal de Contas (2005-2015). Nos Governos de Portugal foi, sucessivamente, Secretário de Estado da Administração Educativa (1995-1999), Ministro da Educação (1999-2000), Ministro da Presidência (2000-2002) e Ministro das Finanças (2001-2002). Foi Presidente da SEDES - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (1985-1995) e Vice-Presidente da Comissão Nacional da UNESCO (1988-1994). Foi Presidente da Comissão do Conselho da Europa que elaborou a Convenção de Faro sobre o valor do Património Cultural na sociedade contemporânea [Faro, (Portugal) 27 de Outubro de 2005]. Foi Presidente da EUROSAI – Organização das Instituições Superiores de Controlo das Finanças Públicas da Europa (2011-2014) e Presidente do Conselho de Prevenção da Corrupção (2008-2015).

Autor de diversas obras, entre as quais: *Oliveira Martins, Uma Biografia (1986)*; *Ministério das Finanças, Subsídios para a sua História no Bicentenário da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda (1988)*; *Escola de Cidadãos (1992)*; *O Enigma Europeu (1994)*; *Educação ou Barbárie? (1999)*; *O Novo Tratado Constitucional Europeu (2004)*; *Portugal, Identidade e Diferença – Aventuras da Memória (2007; 2ª ed. 2008; 3ª ed. 2015)*; *Património, Herança e Memória – A Cultura como Criação, 2009, 2ª ed. 2011*; *Mounier: O Compromisso Político, de Guy Coq (tradução e prefácio), 2012*; *Na Senda de Fernão Mendes – Percursos Portugueses no Mundo, 2014, 2ª ed. 2015*; *“Ao Encontro da História - O Culto do Património Cultural” (2018)*

Título da comunicação

Europa: memória e futuro do património cultural

Resumo

Valores, culturas e memórias constituem a base de uma Europa que deve caracterizar-se pela “Unidade na Diversidade”, resistindo à fragmentação e à intolerância. Fora da lógica das identidades fechadas, devemos construir realidades abertas e complexas, que não excluam ninguém. O património cultural liga gerações, suscita complementaridades, cruza influências e assenta na evolução histórica de encontros e desencontros – abrindo caminhos de diálogo e de cooperação entre comunidades na Europa, mas também com outras culturas do mundo. Trata-se de uma ponte entre o passado e o futuro, um processo contínuo de criatividade e inovação, que assenta as suas raízes na evolução histórica e suplanta-a em nome de uma cidadania ativa e responsável, do desenvolvimento sustentável e de uma sólida coesão social.

Quando celebramos os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, trata-se de desenvolver o Plano de Ação para o Património Cultural; de reconhecer o Património como uma prioridade; de criar pontes entre as dimensões local, nacional e europeia; de preservar e

transmitir o que é insubstituível; de investir na regeneração do Património com qualidade; de promover o melhor conhecimento, a compreensão aprofundada e de aproveitar a oportunidade que o momento atual nos reserva. A Nova Agenda Europeia para a Cultura não pode ser confundida com uma cornucópia de meios financeiros usados sem critério nem avaliação. O investimento na cultura, educação e ciência, considerando a coesão social e o desenvolvimento sustentável, deve envolver cidades, campos, litoral, meio ambiente, turismo, sustentabilidade, investigação, inovação e política digital. Estamos a referir a obrigação de maior responsabilidade comum com a Convenção de Faro do Conselho da Europa, com a Estratégia Europeia para o Património no Século XXI e com a Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. As instituições europeias deverão reconhecer o património cultural como prioridade estratégica, o que contribuirá para o urgente investimento para o capital humano e cultural e para a promoção de valores universais como a cultura da paz.